ANDES-SN APOIA A LUTA À FAVOR DA DESCRIMINALIZAÇÃO DO ABORTO NO BRASIL

Estudo da Organização Mundial da Saúde (OMS) aponta que proibição e criminalização não diminuem número de abortos;

De acordo com a OMS, cerca de 300 mil mulheres morrem por ano em decorrência de abortos. Essa é uma média de 800 por dia;

Em uma década, o SUS gastou R$ 486 milhões com internações para tratar as complicações de abortos, 75% deles provocados;

O aborto ilegal é a quinta causa de mortalidade materna no Brasil;

Apenas na América Latina, ocorrem mais de 4 milhões de abortos anualmente, sendo 95% considerados inseguros. No Brasil, cerca de 800 mil mulheres praticam aborto todos os anos;

Quando os abortos são realizados de acordo com as diretrizes da OMS – o que ocorreu em 55% dos casos entre 2010 e 2014 –, o risco de complicações graves ou mortes são insignificantes. Já quando se trata de abortos realizados por pessoas não qualificadas (14% dos casos), as complicações podem ir desde hemorragias, lesões vaginais e uterinas, infecções e até a morte;

Dados do IBGE apontam que o índice de aborto provocado por mulheres negras é de 3,5%. O dobro do percentual entre as brancas (1,7%). A Pesquisa Nacional de Aborto (PNA) aponta que o perfil mais comum de mulher que recorre ao aborto é o de jovens de até 19 anos, negras e já com filhos;

O perfil da mulher brasileira que aborta não é o que se pode considerar desviante dos padrões sociais. 67% das mulheres têm filhos. 88% declararam ter religião, sendo 56% católicas, 25% evangélicas ou protestantes e 7% professam outras religiões;

Racismo institucional eleva a chance de negras e pardas morrerem durante o procedimento. Essa taxa de mortalidade é de 13,6 para mulheres negras, 7,9 para mulheres pardas e 5,3 para mulheres brancas;

O Brasil conta com uma das leis mais rígidas. Atualmente, a interrupção da gravidez, é permitida em três situações: risco de vida da gestante, quando a gestação resulta de estupro ou quando o feto é anencéfalo;

ANDES
SINDICATO NACIONAL
CSP - CONLUTAS

PELA VIDA DAS MULHERES

Os dias 3 a 6 de agosto foram históricos para a luta das mulheres. Milhares se reuniram e foram à Brasília participar do festival "Pela Vida das Mulheres", realizado em paralelo às Audiências Públicas da ADPF 442, que pede a descriminalização do aborto no Brasil até a 12º semana de gestação. O tema foi discutido em duas audiências convocadas pela ministra Rosa Weber, relatora do processo. Durante o período, ministros do STF ouviram 45 exposições feitas por representantes das áreas de saúde, direitos humanos, religiosos e especialistas no assunto. No fim do primeiro dia, mais de mil mulheres, identificadas pelas cores verde e roxo, caminharam na Esplanada dos Ministérios até o STF. O roxo é símbolo da luta feminista no Brasil, e o verde remete a luta das mulheres argentinas pela legalização do aborto.

Para Raquel Dias Araújo, 1ª tesoureira do ANDES-SN, a discussão provocada pela ADPF abre oportunidades para seguir discutindo o tema. "Se tivermos uma vitória com a descriminalização, pode-se abrir caminhos para discutir a legalização do aborto, que não é a pauta agora, mas está relacionada. Portanto, a aprovação da ADPF seria uma vitória importante para a ampliação dos direitos reprodutivos e sexuais das mulheres – em especial das mulheres trabalhadoras e pobres que realizam abortos clandestinos em péssimas condições, correndo risco de morte".

Festival

Organizado pela Frente Nacional pela Vida das Mulheres, o festival contou com uma ampla programação, incluindo show, rodas de batuques, poesias, e batalha de rimas. A programação contou também com roda de diálogos com candidatas feministas das eleições 2018, que expuseram seus posicionamentos sobre o aborto. "ADPF 442: que justiça queremos para mulheres?" contou com a participação de advogadas e especialistas no assunto.

O ANDES-SN, partindo das deliberações dos congressos e em articulação com a Frente Nacional pela Legalização do Aborto, convocou as seções sindicais a participarem das atividades. Diretoras do Sindicato Nacional e de seções estiveram presentes na primeira audiência pública do STF e também nas atividades do festival. Celeste Pereira, da ADUFPel, acompanhou a primeira audiência e pontuou que "a ADUFPel-SSind. entende que é fundamental atuar na defesa da descriminalização do aborto e de qualquer outra política que signifique a garantia da autonomia da mulher sobre seu corpo e da construção de políticas efetivas de planejamento familiar e acompanhamento da saúde da mulher".

Após as audiências, o STF poderá julgar a descriminalização do aborto em breve, apesar de não haver prazo determinado para tal. O ANDES-SN segue na luta acompanhando os processos da Arguição, defendendo o fortalecimento de políticas públicas de saúde direcionadas aos direitos sexuais e reprodutivos parar atender as mulheres.

NA LUTA PELA DESCRIMINALIZAÇÃO DO ABORTO

O ANDES-SN assumiu a luta pela descriminalização do aborto em seu 34º Congresso, realizado em Brasília (DF), no início de 2015. Em plenária, foi deliberado o posicionamento do Sindicato Nacional de acompanhar – juntamente ao Congresso Nacional –, e debater, nas seções sindicais, as discussões sobre direitos reprodutivos, posicionando-se a favor da descriminalização do aborto.

No 35° Congresso, em 2016, foi aprovada a posição contra a aprovação do PL 5069/13 – que tipifica o aborto como crime e prevê penas específicas para quem induz a gestante à prática do aborto. Uma verdadeira afronta à dignidade da mulher e às lutas que elas buscam há mais de um século pelo direito de controle sobre seus próprios corpos.

Além de exigir o arquivamento da PL, a luta do ANDES-SN prevê a elaboração de materiais específicos (cartilhas, folders, vídeos) sobre a descriminalização do aborto para subsidiar ações nas instituições de ensino superior. A pauta também traça orientações para que as regionais do Sindicato realizem atividades com o tema, tanto na forma de mesas durante os encontros regionais, quanto em seminários e debates. "O ANDES-SN tem posição favorável à descriminalização do aborto pois compreende que a mulher deve ter o direito de decidir sobre o próprio corpo. Esse é um debate de saúde pública, visto que as mulheres pobres, da classe trabalhadora, são as que abortam de maneira insegura", pontua a docente Caroline Lima, diretora do ANDES.

Em 28 de setembro de 2018, data que reforça a Luta Latino Americano e Caribenho pela legalização e descriminalização do aborto, foram definidos pontos de articulação do Sindicato Nacional junto à CSP-Conlutas, movimentos de mulheres e ao movimento estudantil e demais entidades nas atividades de luta.

Os debates sobre violência, assédio sexual e aborto são os principais eixos da luta das mulheres. Não há como discutir o aborto sem pensar na mulher trabalhadora, que é a que morre [em razão de procedimentos clandestinos]. Ou seja, não é possível pensar o aborto sem discutir classe.

ANDES-SN APOIA O ABORTO LEGAL, SEGURO E GRATUITO

"As mulheres e o movimento feminista vêm dando o tom da luta no Brasil, na América Latina e no mundo. A pauta sindical, o debate nas universidades e as campanhas de combate ao assédio moral e sexual foram construídos numa perspectiva a partir das lentes de gênero. Essa é uma luta pautada a partir da visão e da necessidade das mulheres de responderem por seus corpos" – Caroline Lima - ANDES-SN

O Seminário Internacional do ANDES-SN, que acontecen nos dias 10 e 11 de abril de 2019, em Brasília, entendeu que a defesa do direito das mulheres de decidirem sobre seus corpos é estruturante na luta da classe trabalhadora. Embora o direito ao aborto não seja consensual, este é um tema de classe.

Jacqueline Lima, diretora do ANDES-SN, ressalta que no mundo inteiro, é possível perceber o recrudescimento do conservadorismo que, geralmente, recai diretamente sobre os direitos das mulheres. "Há uma grande luta a ser travada pelos movimentos sociais e pela população. Nós precisamos estar juntos e fortalecer a luta em defesa da escolha da mulher e do direito de decidir sobre o próprio corpo", afirma.

A pauta também esteve fortemente presente no painel "Direitos sexuais e reprodutivos: legalização do aborto, defesa da vida das mulheres e a trabalhadora docente" em evento na Seção Sindical dos Docentes da Universidade Federal de Santa Maria (Sedufsm SSind) no Rio Grande do Sul. "A perspectiva da criminalização do aborto em caso de estupro e de anencefalia ou risco à saúde da gestante, evidenciam extremo retrocesso no que tange à saúde pública. O fato do ANDES-SN aprovar a legalização do aborto em seu último Congresso é fundamental para retomar o processo dialógico de luta", finaliza Jacqueline.

PEC 181 E 29

O chamado aborto legal, que permite a interrupção da gravidez em casos de estupro e quando há risco à vida da mulher, é uma conquista antiga. Apesar de permitido por lei desde 1940, somente em 1989 foi aberto o primeiro serviço público apto a realizar o procedimento.

Em tempos de retrocesso, não chega a surpreender que décadas de lutas pelo direito das mulheres tenham sido desconsideradas. As PEC 181/2015 e 29/2015 pretendem reescrever a Constituição, impondo a "inviolabilidade do direito à vida, desde a concepção", desta forma impedindo o aborto legal. Enquanto os substitutivos tramitam pela Câmara e pelo Senado, as mulheres se organizam para barrar a legislação criminal misógina.

Inicialmente, a PEC tinha um único artigo, sobre a licença maternidade. Mas, de 2015 para cá, há uma intensificação dos projetos que buscam controlar os corpos das mulheres e retirar direitos. Nessa PEC, a bancada fundamentalista altera o texto com um substitutivo colocando a criminalização de todo e qualquer tipo de aborto.

A posição do ANDES-SN é de defesa do direito das mulheres decidirem sobre seus próprios corpos. No 38º Congresso da entidade, realizado em Belém (PA) no início de 2019, o Sindicato Nacional reafirmou sua posição favorável à descriminalização e à legalização do aborto para todas as mulheres. "A primavera das mulheres não passou. Nós continuamos organizadas e dispostas a fazer o enfrentamento a esse Estado. Não vamos recuar", afirma Caroline Lima, diretora do ANDES e uma das coordenadoras do Grupo de Trabalho de Política de Classe para Questões Étnico-raciais, de Gênero e Diversidade Sexual (GTPCEGDS) do ANDES-SN.